

PROCESSO - A. I. Nº 298576.0018/10-0
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - FRUTEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FRUTAS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. (BRAZILIAN FRUITIS)
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 3ª JJF nº 0104-03/11
ORIGEM - INFAZ BRUMADO
INTERNET - 06/03/2012

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0053-11/12

EMENTA: ICMS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIA SUJEITA A TRIBUTAÇÃO. Multa por descumprimento de obrigação acessória. Comprovado que os bens adquiridos se destinavam ao uso e consumo, onde a falta de escrituração no livro Registro de Entradas de Mercadorias enseja a aplicação da penalidade equivalente a 1% do valor comercial das mercadorias não escrituradas e apuradas. Retificação com redução do valor da multa exigida. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata o caso concreto de Recurso de Ofício formalizado pela 3ª Junta de Julgamento Fiscal, em obediência ao disposto no art. 169, I, “a”, “1”, do RPAF/99, em face da Decisão exarada no Acórdão JJF Nº. 0104-03/11, a qual julgou Procedente em Parte o Auto de Infração em epígrafe, lavrado para imputar ao sujeito passivo o cometimento de três infrações, sendo objeto do presente recurso à infração 1, versando em torno de multa por descumprimento de obrigação acessória, no seguinte teor: *“Dar entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas à tributação sem o devido registro na escrita fiscal, sendo exigida multa de 10% do valor das mercadorias, totalizando R\$47.556,89”*.

O autuado apresentou defesa às fls. 119/121, contestando parte do débito apurado na primeira infração, sustentando que a carga tributária no Brasil se apresenta bastante elevada e que a obrigação principal consiste numa obrigação de pagar e a acessória numa obrigação de fazer ou não fazer visando viabilizar a arrecadação da obrigação principal.

Asseverou ser sua atividade a comercialização de manga, a qual não sofre tributação do ICMS e que todas as aquisições referentes à primeira infração foram de embalagens e outros produtos de uso e consumo que compõem o preço do produto final a ser vendido, que é manga in natura, isenta de ICMS, acrescentando que as referidas aquisições não se destinavam à revenda ou comercialização, disso resultando ter se equivocado o autuante no tocante à exigência da multa de 10%.

Transcreveu os incisos IX e XI do art. 42 da Lei nº 7.014/96 e o art. 158 do RPAF/BA e finalizou dizendo que o débito relativo à primeira infração deve ser alterado para R\$4.755,68.

Na informação fiscal (fl. 124), o autuante confirmou a imputação, afirmando que, amparado na legislação em vigor, separou as mercadorias tributadas das isentas e as sujeitas à substituição tributária, elaborando um demonstrativo para as notas fiscais não escrituradas, passíveis de tributação e outro para aquelas também não escrituradas, porém referentes às mercadorias isentas ou com substituição tributária. Confirmou a Procedência do Auto de Infração.

Por meio do Acórdão JJF Nº. 0104-03/11, o Auto de Infração foi julgado parcialmente procedente, fundamentando o Relator o seu voto na literalidade a seguir reproduzida:

“A primeira infração trata da entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal, sendo exigida a multa de 10% sobre o valor das mercadorias, conforme demonstrativo à fl. 07 do PAF.

A legislação prevê a aplicação de multa, calculada sobre o valor comercial da mercadoria que tenha entrado no estabelecimento sem o devido registro na escrita fiscal, sendo 10% para mercadorias sujeitas a tributação (art. 42, inciso IX, da Lei 7.014/96), e 1% para as mercadorias não tributáveis (art. 42, inciso XI, da Lei 7.014/96).

O autuado alegou que todas as aquisições referentes à primeira infração foram de embalagens e outros produtos de uso e consumo, que compõem o preço do produto final a ser vendido, que é manga in natura, mercadoria isenta de ICMS. Assegura que as mencionadas aquisições não se destinam à revenda ou comercialização, por isso, entende que o autuante cometeu equívoco quanto à multa de 10%.

Analisadas as notas fiscais objeto da autuação (fls. 10 a 55 do PAF), restou comprovado que se referem às aquisições de caixas de papelão, resíduos de papel jornal, conjunto para irrigação, resistência 240V., fita isolante, escada, balde, vassoura, relógio de parede, luva látex e outros, ficando caracterizado que se trata de aquisição de material de consumo, considerando a atividade do autuado, comércio de frutas.

Entendo que embora as operações relativas às aquisições das mercadorias em questão não tenham sido realizadas com isenção de ICMS, a penalidade de 10% deve ser aplicada quando o bem, mercadoria ou serviço for destinado à comercialização ou industrialização, o que não ficou comprovado no caso em exame. Portanto, assiste razão ao defendente quando alegou que as aquisições referentes à primeira infração foram de embalagens e outros produtos de uso e consumo que não se destinam à revenda ou comercialização, existindo equívoco do autuante ao exigir a multa de 10%.

Vale salientar que este Conselho vem decidindo que neste caso, a multa aplicável é a prevista no inciso XI do art. 42 da Lei 7.014/96, a exemplo da decisão proferida no Acórdão CJF 0170-12/08. Portanto, concluo pela procedência parcial desta infração, com alteração da multa exigida para 1% do valor comercial das mercadorias não registradas, conforme quadro abaixo, elaborado com base nos dados do levantamento fiscal.

MÊS DE OCORRÊNCIA	DATA DE VENCIMENTO	BASE DE CÁLCULO	MULTA%	VALOR DO DÉBITO R\$
31/05/2005	09/06/2005	4.161,03	1%	41,61
30/06/2005	09/07/2005	260,00	1%	2,60
31/08/2005	09/09/2005	150,00	1%	1,50
30/09/2005	09/10/2005	4.503,56	1%	45,04
31/10/2005	09/11/2005	100,00	1%	1,00
30/11/2005	09/12/2005	50.115,36	1%	501,15
31/12/2005	09/01/2006	200,00	1%	2,00
28/02/2006	09/03/2006	200,00	1%	2,00
31/03/2006	09/04/2006	150,00	1%	1,50
31/08/2006	09/09/2006	5.340,00	1%	53,40
31/10/2006	09/11/2006	79.680,00	1%	796,80
30/11/2006	09/12/2006	315.557,67	1%	3.155,58
31/12/2006	09/01/2007	15.151,20	1%	151,51
TOTAL		-	-	4.755,69

De acordo com as razões de defesa, o autuado impugnou somente a infração 01, tendo em vista que apresentou alegações quanto à primeira infração e reconheceu a procedência das exigências fiscais consubstanciadas nos itens 02 e 03. Assim, considero procedentes os itens não contestados, haja vista que não existe controvérsia.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.”

Pela desoneração do sujeito passivo ultrapassar o limite previsto no art. 169, I, “a”, “1”, do RPAF/99, a 3ª JJF recorreu de ofício de sua Decisão.

VOTO

É objeto deste Recurso de Ofício a Decisão da 3ª JJF que, ao julgar procedente em parte o Auto de Infração em epígrafe, desonerou o autuado/recorrido, no que tange à infração 1, lavrada para cobrança de multa por descumprimento de obrigação acessória, em decorrência da falta de registro de Notas Fiscais de Entrada de mercadorias sujeitas à tributação, em valor superior ao limite estabelecido no RPAF.

Do exame da procedimentalidade, constato que, efetivamente, a Decisão recorrida se apresenta irretocável, na medida em que, conforme consigna minuciosamente o Relatório, o relator, de forma clara e objetiva, traçou os fatos, analisou os documentos e efetuou o enquadramento legal da autuação, decidindo pela procedência parcial da infração em discussão.

Nesse contexto, sem margem a dúvidas, verifico que a redução efetuada pela Primeira Instância decorreu de reparação do equívoco da autuação, porquanto empregada incorretamente à multa.

Com efeito, o autuante, ao lavrar o Auto de Infração, aplicou a multa de 10%, prevista no inciso IX, do art. 42, da Lei nº 7.014/96, por entender que a hipótese de incidência da multa ocorreria quando ingressassem mercadorias sujeitas à tributação no estabelecimento do sujeito passivo, sem que fossem registradas no Livro de Escrita Fiscal.

A JJF, de forma exemplar, reduziu a multa para 1%, manifestando que *“embora as operações relativas às aquisições das mercadorias em questão não tenham sido realizadas com isenção de ICMS, a penalidade de 10% deve ser aplicada quando o bem, mercadoria ou serviço for destinado à comercialização ou industrialização, o que não ficou comprovado no caso em exame. Portanto, assiste razão ao defendente quando alegou que as aquisições referentes à primeira infração foram de embalagens e outros produtos de uso e consumo que não se destinam à revenda ou comercialização, existindo equívoco do autuante ao exigir a multa de 10%.”*

Assim é que, encontrando-se comprovado nos autos que as notas fiscais objetos da autuação se referem às aquisições de caixas de papelão, resíduos de papel jornal, conjunto de irrigação, resistência elétrica, fita isolante, escada, balde vassoura luvas e outros, e considerando ser a atividade do contribuinte o comércio de frutas *in natura*, inclusive com exportação, correta a redução do percentual de multa, por descumprimento de obrigação acessória, de 10% para 1%, de acordo com o estatuído no inciso XI, do art. 42, da Lei nº 7.014/96.

Concludentemente, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício apresentado pela 3ª JJF, permanecendo inalterada a Decisão recorrida, nesse passo, reduzindo o valor da infração 1 para R\$4.755,69, conforme demonstrativo de débito de fls. 132/133.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº. **298576.0018/10-0**, lavrado contra **FRUTEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FRUTAS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. (BRAZILIAN FRUITIS)**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto, no valor de **R\$907,75**, acrescido da multa de 50%, previsionada no art. 42, I, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória, no valor total de **R\$7.575,07**, estabelecida nos incisos IX e XI dos mesmos artigo e lei, com os acréscimos moratórios de acordo com a Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de fevereiro de 2012.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

VALNEI SOUSA FREIRE - RELATOR

ROSANA MACIEL BITTENCOURT PASSOS – REPR. DA PGE/PROFIS